

✓ **SEIS ANOS
SEM REAJUSTE**

✓ **40% DE PERDAS
SALARIAIS**

✓ **DIREITOS
RETIRADOS**

**Vacina
para todos!**
pg. 3

**2020: um ano
de luto e de luta**
pg. 4 e 5

**Informes
do Jurídico**
pg. 6

**As armadilhas
do ensino
híbrido**
pg. 7

**O que está
por vir**
Contracapa

**REPOSIÇÃO
JÁ!**

**CAMPANHA
SALARIAL
2021**



Agência para devolução: AGF Baltazar - CEP: 91130973 - Porto Alegre/RS

Informações acesse: www.cpers.org.br
ou ligue para: 51 3254.6000

Responsável:

Reintegrada ao
serviço postal em:

Informação escrita pelo
porteiro ou síndico

☐ Recusado ☐ Não procurado ☐ Não existe número indicado

☐ Desconhecido ☐ Ausente ☐ CEP

☐ Mudou-se ☐ Falecido ☐ End. Insuficiente

Ao Carteiro: Em caso de serviço de Devolução Eletrônica, por gentileza, efetuar a baixa deste objeto no Sistema CEDO, indicando o motivo de sua não-entrega.



MENSAGEM DA PRESIDENTE

Avante educadores, de pé!

Com as drásticas mudanças no contracheque da categoria, agravadas pela falta de organização e transparência do governo Eduardo Leite (PSDB), muitos colegas têm me perguntado: fizemos certo ao participar de reuniões com deputados(as) após a greve histórica da educação?

Sim, fizemos certo. Diante da votação iminente dos projetos e da destruição das carreiras, a direção central do CPERS trabalhou para evitar o pior e abriu um amplo debate com a base do governo, dividindo seus votos e assegurando alterações importantes. Cabe ressaltar: o governo tem a maior base aliada na Assembleia desde a redemocratização, mais do que o suficiente para fazer o que bem entender. Ou dialogávamos para salvar direitos ou perderíamos tudo.

Movidos pela responsabilidade que temos com a categoria, conversamos com partidos que historicamente nos atacam. Milhares de grevistas também visitaram os gabinetes de deputados(as) para pressionar. Juntos, apontamos os problemas e o significado dos projetos em jogo. No dia da votação, informada de que o governo tentaria aprovar os projetos originais sem alterações, sentei à mesa novamente para defender a categoria.

Conseguimos reverter alguns ataques, outros não, como o brutal desconto dos aposentados(as), contra o qual jamais deixaremos de lutar. Mas abrir mão do diálogo seria

desistir da luta e entregar nossos direitos. Foi graças a estes movimentos e à mobilização heroica de dezenas de milhares de educadores(as) que impedimos o congelamento eterno de salários, asseguramos regras de transição e a manutenção da diferença entre os níveis e classes, com reajuste para todos sempre que houver aumento do Piso.

O tamanho, a força e a capilaridade do CPERS em todo o Rio Grande do Sul são características que nos orgulham, indissociáveis da rica história construída a muitas mãos. Dada a nossa relevância e impacto social, é natural que as táticas e estratégias adotadas estejam sob constante escrutínio crítico, interno e externo. Mas não é aceitável quando a crítica, além de injusta, não respeita a verdade.

São tempos difíceis. Em todo o mundo, direitos conquistados em décadas de luta de classes têm sido solapados em poucos anos. Sob a agenda privatista de Leite e Bolsonaro, o cenário não é diferente. Nesta sineta, fazemos uma breve retrospectiva do ano que passou e apontamos para as duras lutas que virão. Seguiremos mobilizados e conscientes da nossa responsabilidade à frente deste Sindicato e orgulhosos da categoria que representamos. À luta!

Helenir Aguiar Schürer
Presidente do CPERS/Sindicato

Reposição Já!

Graças aos desastrosos governo Sartori (MDB) e Eduardo Leite (PSDB), chegamos em novembro de 2020 a seis anos sem qualquer reposição salarial, registrando perdas inflacionárias que corroeram 40% do poder de compra da categoria. Em Porto Alegre, no mesmo período, o custo da cesta básica aumentou em 80%. Todos os demais itens básicos à sobrevivência e à dignidade, do gás de cozinha à luz elétrica, sofreram pesados reajustes. A vedação legal imposta pela Lei Complementar 173, aprovada por Bolsonaro e deputados com o apoio de Eduardo Leite, veta reajustes, mas não a recomposição inflacionária. Por isso, o CPERS lança uma ampla campanha salarial pela valorização da categoria. Acompanhe em nossas redes, compartilhe os conteúdos e participe. A educação não pode mais esperar!

EXPEDIENTE
sineta

Publicação do CPERS/Sindicato Filiado à CNTE - Av. Alberto Bins, 480 - Centro - 90030-140 - Porto Alegre - Fone: (51) 3254 6000. Presidente: Helenir Aguiar Schürer; 1ª Vice-presidente: Solange da Silva Carvalho; 2º Vice-presidente: Edson Rodrigues Garcia; Secretária Geral: Candida Beatriz Rossetto; Tesoureiro Geral: Mauro João Calliari. Diretores e Diretoras: Alda Maria Bastos Souza; Cássio Ricardo Ritter; Daniel Fortuna Damiani; Ênio Mânica; Glaci Weber Medeiros; Rosane Teresinha Zan; Sandra Terezinha Severo Régio; Sônia Solange dos Santos Viana; Valdete de Fátima Moreira Dias e Vera Maria Lessês. Jornalista Responsável: Luiz Damasceno (MTB 14325). Projeto Gráfico, criação, redação, diagramação e revisão: Veraz Comunicação (51) 3311 0274. Impressão: VT Propaganda (51) 3232 9739. Tiragem: 76.120 exemplares.

Vacina já para todos os trabalhadores em educação!



Diante do cenário cada vez mais preocupante da pandemia da Covid-19, que até a redação desta Sineta já havia ceifado mais de 226 mil vidas em todo o território nacional, é urgente que o governo Eduardo Leite (PSDB) apresente um calendário de vacinação de professores e funcionários(as) de escola antes da retomada das atividades presenciais, em março. Não há sinal de melhora no quadro epidemiológico no estado, que acumula mais de 10 mil óbitos.

Em 2020, Leite insistiu em abrir as escolas sem oferecer as condições necessárias para o cumprimento dos protocolos de segurança. Negou-se a realizar testes, atrasou a entrega de equipamentos básicos para a proteção, não propôs soluções para os graves problemas estruturais, financeiros e de recursos humanos da rede e jogou a responsabilidade pela saúde da comunidade escolar no colo da categoria.

Mesmo sem a presença de estudantes, educadores(as) foram constrangidos e obrigados a cumprir horário nas escolas,

expondo-se ao vírus no transporte público e no local de trabalho sem qualquer necessidade. Infelizmente, o resultado da irresponsabilidade do governo do Estado foi a contaminação e, em muitos casos, a morte de valiosos colegas.

A realidade das escolas e o grave quadro pandêmico não mudarão até a retomada das atividades. Ainda em dezembro, o CPERS oficiou o Estado solicitando prioridade para a vacinação dos educadores(as). Em janeiro, a categoria realizou ato em frente ao Piratini. O governador sinalizou que pretende antecipar a imunização dos educadores(as) - prevista para o quarto grupo prioritário pelo Ministério da Saúde -, mas ainda não revelou planos concretos.

CUIDADOS DEVEM CONTINUAR MESMO APÓS A VACINAÇÃO

A chegada da vacina é a luz no fim do túnel. Traz esperança. Mas não é uma solução mágica. Mesmo após a vacinação é necessário continu-

ar usando máscara, evitando aglomerações, lavando as mãos com frequência e mantendo perto o álcool em gel. Os efeitos positivos da vacinação em massa demoram a aparecer e dependem da adesão de um grande número de pessoas. Também não se sabe o quão rápido a capacidade de mutação do vírus pode tornar a imunização obsoleta. Portanto, cuide-se e cuide de todos(as).

Além da catástrofe ocasionada pela inação do governo federal em Manaus, cabe registrar a criminoso incompetência do presidente Bolsonaro e do Ministério da Saúde no planejamento e aquisição de vacinas para os brasileiros(as). A desastrosa condução da política externa, o negacionismo, a defesa de tratamentos inúteis, a incapacidade de gestão e o desrespeito às medidas recomendadas atrasaram a chegada dos imunizantes, deixaram o país à mercê do mercado internacional e custam milhares de vidas todos os dias.

UM ANO DE LUTO E DE LUTA

O período que atravessamos deixa marcas profundas no tecido social e nas nossas vidas. Pandemia, ataques crescentes à classe trabalhadora, sobrecarga, avanço da privatização do ensino e das políticas de morte e desmonte do Estado combinaram-se para impor enormes desafios ao exercício da profissão e à luta sindical. Protegendo os nossos guerreiros(as) e em permanente mobilização, trabalhamos e lutamos incansavelmente em defesa da escola pública. Confira algumas das ações que marcaram o ano de 2020.



DEFESA DA VIDA

Ainda em março, nosso Sindicato foi um dos primeiros do Brasil a exigir a suspensão das atividades presenciais nas escolas estaduais, criando e exportando para todo o país o mote “Escolas Fechadas, Vidas Preservadas”. Por diversas vezes, a pressão, a exigência de condições adequadas e campanhas de mídia direcionadas aos pais fizeram Eduardo Leite (PSDB) voltar atrás no calendário de retorno, resultando em um número reduzido de escolas com aulas presenciais quando, enfim, as atividades foram retomadas.



DIREITO À EDUCAÇÃO

No campo pedagógico, o CPERS defendeu com unhas e dentes a autonomia, a gestão democrática e o direito constitucional à educação. Denunciou o fechamento de turmas da EJA, a sobrecarga de trabalho, o adesismo a plataformas digitais como o Google Classroom e o favorecimento de agentes privados na busca de soluções de ensino remoto e a instrumentalização da pandemia para impor um projeto político gestado por fundações empresariais.



REDES DE LUTA

Além das mobilizações presenciais, ações digitais coordenadas colocaram na agenda pública o tema da educação, pautando a imprensa local, forçando respostas do governo, pressionando deputados(as) e senadores(as), movimentando as redes sociais e levando a conquistas como a aprovação do novo Fundeb permanente, que prevê mais recursos para a escola pública e a destinação mínima de 70% para a remuneração dos profissionais da educação. O engajamento da categoria foi e será cada vez mais importante para trazer resultados concretos a partir da atuação digital. Acompanhe as redes do CPERS e participe!



NAS RUAS

Com segurança, distanciamento e número restrito de participantes, direção central e núcleos organizaram diversos atos presenciais em frente ao Piratini, TJ, às CREs e outros órgãos para pressionar por soluções e levar a público as pautas da categoria. Mobilizações por valorização dos educadores(as), pagamento do desconto da greve, contra o desconto dos aposentados(as), pelo fechamento das escolas em meio à pandemia, em defesa da EJA, da vacinação prioritária da categoria e contra a Reforma Administrativa e o Teto de Gastos estadual marcaram o ano. Seguimos na luta!



CONECTADOS E MOBILIZADOS

Assamblea Geral, conselhos mensais, transmissões ao vivo, encontros digitais de aposentados(as) e funcionários(as), plenárias com os 42 núcleos do Sindicato, reuniões diversas, seminários e debates pedagógicos mantiveram o CPERS e a base próximos e mobilizados durante todo o período de distanciamento. Mesmo com a suspensão da atividade presencial, a direção central, os núcleos e os serviços de atendimento ao sócio e assessoria jurídica trabalharam permanentemente para atender a categoria.

GREVE HISTÓRICA

Com apoio massivo da sociedade, enraizamento em todo o estado, atos imensos, mais de 300 moções de apoio de Câmaras Municipais e o engajamento de 1,5 mil escolas, a greve que parou o Rio Grande do Sul chegou ao fim em janeiro. Confira na tabela o impacto da luta no pacote do governo.

MUDANÇAS NAS CARREIRAS ANTES E DEPOIS DA GREVE DA EDUCAÇÃO

	PROJETOS ORIGINAIS DO GOVERNO	PROJETOS APÓS A GREVE
SUBSÍDIOS COMPOSIÇÃO DOS SUBSÍDIOS VANTAGENS TEMPORAIS GRATIFICAÇÕES TEMPORÁRIAS	7% de diferença entre todos os níveis 52% de diferença do início ao topo da carreira - Estes índices valiam apenas para o subsídio inicial e estavam fora do texto. Futuros reajustes poderiam ser concedidos apenas ao nível/classe A1. Em poucos anos, o piso viraria teto.	30% de diferença entre todos os níveis 75% de diferença do início ao topo da carreira - Índices foram assegurados no texto. Assim, qualquer reajuste no piso deve incidir sobre todas as faixas salariais, garantindo a manutenção do plano de carreira do Magistério
	- Soma do básico, completo, vantagens temporais e gratificação de permanência incorporada - A sobra das vantagens temporais acima do novo subsídio não será mais absorvida por futuros reajustes e pode, também, sofrer reajustes - Esta mudança assegura aumento real a toda a categoria no próximo reajuste do Piso.	- Soma do básico, completo, vantagens temporais e gratificação de permanência incorporada - A sobra das vantagens temporais acima do novo subsídio não será mais absorvida por futuros reajustes e pode, também, sofrer reajustes - Esta mudança assegura aumento real a toda a categoria no próximo reajuste do Piso.
	Seriam extintas e não seriam mais concedidas, sendo gradualmente absorvidas pelo subsídio.	Criação de regra de transição para o período aquisitivo em curso, permitindo sua incorporação mesmo após a lei. Parcela autônoma não será mais absorvida por futuros reajustes.
	- Gratificações já incorporadas passariam a formar uma parcela autônoma que não seria absorvida pelo subsídio, mas permaneceria congelada para sempre - Não seria possível incorporar mais qualquer gratificação.	- As gratificações já incorporadas podem sofrer reajustes - Gratificações em curso, que ainda não atingiram os requisitos para a incorporação, poderão ser incorporadas proporcionalmente.



Informes do Jurídico



Apesar do alinhamento entre Judiciário, Ministério Público e Piratini, o CPERS e sua assessoria jurídica atuaram em todas as instâncias possíveis para fazer valer os direitos da categoria, barrar a retomada das aulas presenciais sem condições sanitárias, reverter o corte de ponto da greve e o confisco dos aposentados(as), entre outras medidas. Confira as principais ações em andamento.

Confisco dos aposentados(as)

Com a aprovação das reformas de Leite (PSDB) e Bolsonaro, os aposentados(as) passaram a pagar pesadas contribuições previdenciárias. O CPERS segue lutando para reverter o retrocesso na Justiça. A ação é assinada pelo escritório do ex-ministro Ayres Britto e o Sindicato participa como autor junto a outras entidades.

Inicialmente foi concedida medida cautelar que suspendeu a aplicação imediata da cobrança, porém uma liminar do ministro do STF Dias Tóffoli restabeleceu o confisco. Agora, a ação aguarda julgamento de mérito. O Sindicato considera o desconto abusivo e injusto. Não abriremos mão de revertê-lo.

Desconto de greve

Em setembro, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, desconectado da realidade da classe trabalhadora, considerou legal o roubo protagonizado pelo governo Leite (PSDB) ao salário dos educadores(as) grevistas, apesar das aulas recuperadas e dos serviços prestados. O Sindicato, então, interpôs recurso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Aguardamos o julgamento do mérito pelo órgão superior, que poderá reverter as decisões anteriores. Ainda não há previsão da data, mas o CPERS não desistirá de reaver os

salários e continua pressionando politicamente o governo e seus aliados pela devolução dos valores.

Retorno às aulas com segurança

Com o objetivo de preservar a vida de todos os educadores(as) em meio à pandemia, o CPERS ajuizou ação para impedir o retorno às atividades presenciais enquanto não houver segurança e controle sanitário. A liminar foi inicialmente deferida para possibilitar a abertura das escolas somente após a expedição de alvará sanitário por técnico capacitado do Estado. No entanto, foi cassada por decisão do Tribunal de Justiça e aguarda julgamento de recurso no TJ.

13º salário

O CPERS tem duas ações coletivas que tratam do 13º salário para educadores(as). A primeira buscou garantir a possibilidade de empréstimo junto ao Banrisul para servidores(as) que possuem qualquer tipo de restrição, débitos pessoais ou ações ajuizadas em face do Banco. Esta liminar inicialmente foi favorável ao CPERS, mas posteriormente revertida por decisão do Tribunal de Justiça. No momento, o Sindicato aguarda julgamento de mérito do recurso no TJ.

Já a segunda busca o pagamento do 13º por parte do Estado para educadores(as) que não

conseguiram o empréstimo junto ao Banrisul. A liminar foi deferida e, conforme a decisão judicial, todos os servidores(as) que tiveram o empréstimo negado junto ao Banrisul deverão receber do governo o valor correspondente ao 13º em parcela única. Para tanto, o servidor(a) deve preencher uma declaração informando que teve o direito negado pelo banco. Entre em contato com a assessoria jurídica para mais informações.

Outras ações em andamento

Inclusão do vale-transporte e abono família no cálculo do 13º, contagem do tempo de serviço prestado em condições insalubres para a aposentadoria especial, proteção a servidores(as) de grupo de risco, restituição de valores descontados indevidamente da gratificação GGERA e revisão dos atos de aposentadoria proporcional são objetos de outras ações em andamento. Contate o jurídico para saber mais detalhes de cada uma.

Contate a assessoria jurídica

A assessoria jurídica do Sindicato, por meio do escritório Buchabqui e Pinheiro Machado, está com as atividades presenciais suspensas, mas ajuíza ações e atende casos em regime de plantão em horário comercial pelo telefone 51 3073.7512 e pelo e-mail atendimento@buchabqui.adv.br.



Ensino híbrido acirra desigualdades e prepara terreno para demissões e privatização

O calendário letivo será marcado pela continuidade do ensino híbrido, alvo de inúmeras denúncias do CPERS ao longo de 2020 em defesa das condições laborais, da qualidade da educação e da manutenção dos empregos. O modelo mostrou-se uma fonte interminável de exclusão, estresse e assédio, características agravadas pela desorganização do governo, orientações contraditórias, imposições pedagógicas e a falta de auxílio financeiro e de equipamentos.

Pesquisa desenvolvida pelo CPERS e o Dieese demonstrou que 98% dos professores (as) trabalharam mais do que prevê o contrato

durante a pandemia. Enquanto a categoria dobra o expediente, paga a própria Internet e utiliza recursos próprios, o governo se vale da situação emergencial para implantar um projeto político-pedagógico gestado por fundações empresariais interessadas no orçamento público.

O problema não é o uso da tecnologia como suporte, mas a sua instrumentalização para capturar o Estado e terceirizar a educação pública para empresas ávidas em vender seus pacotes e soluções. O setor pedagógico da Seduc não está a serviço dos interesses da comunidade escolar; atua por procuração de

agentes privados. Neste projeto, o educador(a) é mero acessório. As terceirizações já começaram nos quadros de funcionários(as) de escola e o Magistério não está imune à precarização.

Em respeito ao princípio constitucional da educação como um bem público e universal, de responsabilidade do Estado, é urgente restabelecer a primazia da gestão democrática e da autonomia escolar, lutar pelo fim da intrusão de fundações como a Lemann e pela valorização da carreira e do trabalho de quem educa. Está em jogo a própria existência daquilo pelo que lutamos; o ensino público, gratuito, de qualidade e socialmente referenciado.

Eleições do CPERS: votação será totalmente online

Pela primeira vez, o processo eleitoral do Sindicato - quando a categoria votará para as direções central e dos núcleos, bem como demais representantes - ocorrerá por meio totalmente digital. O modelo foi aprovado pelo Conselho Geral do CPERS no dia 18 de dezembro, considerando o agravamento da pandemia e as dificuldades para a realização do pleito com segurança.

O CPERS tomará as medidas necessárias para assegurar a lisura, a acessibilidade e o bom andamento de todo o processo, que ocorrerá em data ainda a ser definida. Em janeiro, o Conselho Geral elegeu a Comissão Eleitoral e, no dia 5 de março, deliberará sobre o Regimento. Em breve mais detalhes serão divulgados.

Inicialmente as eleições ocorreriam em junho de 2020. Mas, devido à pandemia,

o Conselho Geral adiou o pleito apoiando-se no estatuto do CPERS, que preconiza o recurso em “situações de absoluta excepcionalidade”. Assim, também de acordo com o texto estatutário, os mandatos das direções são prorrogados até a realização do pleito.

Acompanhe as nossas redes sociais para manter-se informado e participar do processo democrático da entidade.

Não à Reforma Administrativa e ao Teto de Gastos!

Alinhados na agenda econômica, o governador Eduardo Leite (PSDB) e o presidente Bolsonaro conduzem um projeto explícito de desmonte do Estado, mercantilização de direitos sociais, precarização do trabalho e privatização. O ano de 2021 trará imensos desafios para a categoria e o conjunto do funcionalismo, ameaçados de cima a baixo por novas “reformas” que acabam com os serviços e as carreiras públicas.

No âmbito federal, a Reforma Administrativa diminui as garantias orçamentárias previstas na Constituição Federal para os serviços públicos, acaba com a estabilidade, retira direitos dos servidores(as), destrói carreiras, ataca aposentados(as), transforma a oferta pública e gratuita de serviços em mercadoria privada e prejudica o conjunto da população, reduzindo drasticamente o acesso à saúde, educação, segurança e outras áreas.

Eduardo Leite e deputados articulam

a votação da PEC 289, versão estadual da PEC da Morte (EC 95), aprovada no governo Temer. Também conhecida por PEC do Teto de Gastos, trata-se de uma experiência ultraliberal sem paralelos no mundo que, vendida como solução para os problemas do país, ajudou a aprofundar a desigualdade, o desemprego e a crise. Se aprovada, a PEC congelará investimentos públicos em todas as áreas por dez anos, condenando o estado ao subdesenvolvimento.



IMPACTOS DA PEC DA MORTE ESTADUAL (PEC 289)

- Congelamento dos gastos públicos no mesmo patamar real de 2020 por dez anos, incluindo salários e demais despesas com pessoal
- Com o crescimento demográfico, a PEC impõe a redução dos gastos por habitante, precarizando a qualidade e a capacidade de atendimento dos serviços públicos
- Com menos oferta de serviços públicos, a população precisará recorrer a alternativas no setor privado
- A crise financeira empurra cada vez mais famílias à rede estadual de educação. Estas pessoas encontrarão uma escola pública sucateada, com menos recursos por aluno
- Prolongamento da crise: faltarão recursos para realizar obras, induzir setores estratégicos e gerar emprego e renda

IMPACTOS DA REFORMA ADMINISTRATIVA (PEC 32)

- Fim da estabilidade: servidores(as) podem ser perseguidos politicamente e desligados
- Todos os planos de carreira entrarão em extinção e cargos públicos podem ser ocupados por apadrinhados políticos sem qualificação profissional
- Agentes privados podem assumir qualquer serviço público e o Estado ficará apenas com o que não é lucrativo
- Servidores(as) aposentados podem perder a paridade com reajustes da ativa
- Menos servidores(as) vão contribuir para o RPPS, o que pode inviabilizar o pagamento de aposentadorias
- Grevistas podem ser substituídos com contratos frágeis e temporários